

O Mito da Criação da Mulher nas Sociedades Tradicionais: uma análise comparativa entre visões eurocêntricas e tradições africanas e amazônicas¹

El Mito de la Creación de la Mujer en las Sociedades Tradicionales: un análisis comparativo entre visiones eurocéntricas y tradiciones africanas y amazónicas

The Myth of Woman's Creation in Traditional Societies: a comparative analysis between eurocentric views and african and amazonian traditions

Ricardo de Oliveira Santos

Resumo: Este artigo investiga a influência dos mitos ocidentais de criação da mulher, representados por Pandora, na Grécia Antiga, e por Eva e Maria, na tradição cristã, sobre a construção de uma perspectiva eurocêntrica que molda as narrativas históricas. O estudo contrapõe essas representações às concepções de origem feminina presentes em cosmologias africanas e indígenas amazônicas, demonstrando contrastes significativos nos papéis sociais e simbólicos atribuídos às mulheres. O trabalho destaca a importância de um ensino de História inclusivo, capaz de reconhecer as mulheres como sujeitos históricos e de valorizar múltiplas visões culturais sobre a criação. Os resultados apontam que, enquanto as tradições ocidentais frequentemente associam o feminino à transgressão ou à função reguladora materna, as tradições africanas e amazônicas compreendem a mulher como princípio co-criador e agente constitutivo do mundo, oferecendo paradigmas alternativos de agência e autoridade feminina.

Palavras-Chave: Ensino de História. Mitos de criação. Mulheres.

Resumen: Este artículo investiga la influencia de los mitos occidentales de la creación femenina, representados por Pandora en la antigua Grecia y por Eva y María en la tradición cristiana, en la construcción de una perspectiva eurocéntrica que configura las narrativas históricas. El estudio contrasta estas representaciones con las concepciones del origen femenino presentes en las cosmologías indígenas africanas y amazónicas, demostrando contrastes significativos en los roles sociales y simbólicos atribuidos a las mujeres. El trabajo destaca la importancia de una educación histórica inclusiva, capaz de reconocer a las mujeres como sujetos históricos y valorar las múltiples perspectivas culturales sobre la creación. Los resultados indican que, mientras que las tradiciones occidentales asocian frecuentemente lo femenino con la transgresión o la función reguladora materna, las tradiciones africanas y amazónicas entienden a las mujeres como principios cocreativos y agentes constitutivos del mundo, ofreciendo paradigmas alternativos de la agencia y la autoridad femeninas.

Palabras Clave: Enseñanza de la historia. Mitos de la creación. Mujeres.

Abstract: This article investigates the influence of Western myths of female creation, represented by Pandora in Ancient Greece and by Eve and Mary in the Christian tradition, on the construction of a Eurocentric perspective that shapes historical narratives. The study contrasts these representations with conceptions of female origin present in African and Amazonian indigenous cosmologies, demonstrating significant contrasts in the social and symbolic roles attributed to women. The work highlights the importance of inclusive history education, capable of recognizing women as historical subjects and valuing multiple cultural views on creation. The results indicate that, while Western traditions frequently associate the feminine with transgression or the maternal regulatory function, African and Amazonian traditions understand women as co-creative principles and constitutive agents of the world, offering alternative paradigms of female agency and authority.

Keywords: History Teaching. Creation Myths. Women.

¹ Este artigo foi elaborado a partir das leituras e discussões da disciplina Ensino de História e Relações de gênero.

INTRODUÇÃO

A construção das narrativas sobre a origem da mulher nas diferentes sociedades tem exercido profunda influência na organização social, nas relações de gênero e na forma como as mulheres são percebidas e posicionadas historicamente. Os mitos de criação, longe de serem apenas relatos fantásticos, apresentam sistemas simbólicos complexos que legitimam estruturas sociais e definem papéis de gênero.

No contexto ocidental, três figuras mitológicas centrais moldaram as concepções sobre a mulher: Pandora, da tradição grega; Eva, do judaísmo-cristianismo; e Maria, da teologia cristã. Essas figuras, embora distintas em suas origens e contextos, apresentam características que refletem uma visão eurocêntrica específica sobre o feminino, frequentemente posicionando a mulher em relação subordinada ou como fonte de ambivalência moral.

Contrastando com essas perspectivas, as sociedades tradicionais africanas e amazônicas desenvolvem cosmologias nas quais a mulher assume papéis centrais na criação e manutenção do mundo. Essas tradições oferecem modelos alternativos de compreensão da agência feminina, desafiando as narrativas hegemônicas eurocentradas.

A importância de uma educação histórica inclusiva que incorpora essas diversas perspectivas torna-se evidente quando consideramos os impactos duradouros dos mitos de criação na formação das identidades de gênero e nas estruturas sociais contemporâneas. Reconhecer as mulheres como sujeitos históricos ativos, em vez de figuras mitológicas passivas, representa um passo fundamental para uma compreensão mais completa e equilibrada da experiência humana.

Este artigo tem como objetivo analisar comparativamente os mitos de criação da mulher nas tradições ocidentais e nas sociedades tradicionais africanas e amazônicas, examinando seus impactos históricos e destacando a importância de uma abordagem educacional inclusiva que valoriza a diversidade de perspectivas sobre o feminino. Para tanto, a fim de compor o aparato teórico, foram analisados, por meio de uma pesquisa bibliográfica, artigos científicos e livros que não somente abordassem o mito da criação da mulher da visão eurocêntrica, mas também de um viés decolonial, buscando perceber o mito da criação da mulher no âmbito das sociedades tradicionais.

1. Os Mitos de Criação Ocidentais e a Construção do Feminino

O mito da criação da mulher é uma experiência circular em todas as sociedades, porque todas as mulheres que existiram, desde as mais primitivas e antigas mitologias até a existência mais recente, se realizam na forma da categoria do Outro (HILGERT, 2020). Esse “Outro”, sendo as mulheres, é vista a partir do corpo, enquanto o homem é visto pela mente, a razão (OYĚWÙMÍ, 2021). Dentro de qualquer sociedade, os mitos, antes do fazer historiográfico, têm função fundamental na criação de arquétipos e modelos de como agir e do que esperar determinando o “lugar da mulher e do homem” (HILGERT, 2020, p. 59).

Na mitologia grega, Pandora representa a primeira mulher, criada pelos deuses como forma de punir a humanidade após o roubo do fogo por Prometeu. Hesíodo, em “Os Trabalhos e os Dias” e na “Teogonia”, apresenta Pandora como uma figura fundamentalmente ambivalente: bela, mas perigosa; sedutora, mas fonte de problemas (SCHMITT-PANTEL, 2003).

A narrativa de Pandora envolveu um paradigma existente na cultura ocidental, associando a mulher à curiosidade destrutiva, à transgressão e ao caos. Estudos contemporâneos revelam como

essa figura mitológica foi mobilizada ao longo da história para naturalizar a percepção da mulher como fonte de risco e instabilidade social.

Brasiel destaca que, sendo Pandora a causadora de toda a sorte de males entre os homens, trazendo o infortúnio à sociedade humana, serviu como base para fundamentar o pensamento da sociedade moderna que acompanha a lógica da construção histórica da mulher como sendo apenas um objeto de diferentes relações, subordinadas ao poder hegemônico masculino, promovendo, desse modo, mecanismos político-culturais para justificar a dominação do homem sobre a mulher em “função da própria ‘*natureza inferior*’ e legitimada por uma tradição que define o ‘papel’ do ‘*feminino*’ por parte da figura masculina” (BRASIEL, 2014, p. 04).

Uma análise do livro “*Pandora’s Senses: The Feminine Character of the Ancient Text*” – em português, “*Os Sentidos de Pandora: O Caráter Feminino do Texto Antigo*” – de Kenaan (2008, minha tradução²), demonstra como Pandora funciona como “tema central na poética antiga”, produzindo leituras que naturalizaram a mulher como fonte de ambivalência textual e social. Essa perspectiva influenciou profundamente o pensamento ocidental, criando um substrato cultural e político que associa o feminino ao perigo e à necessidade de controle.

Foi criada uma imagem negativa da mulher, na qual esta é vista como uma criatura frágil, irracional, luxuriosa, instável, perversa e ignorante. As marcas do discurso misógino grego foram ampliadas e corroboradas na sociedade romana, sendo “fortalecido pela ‘*auctoritas*’ de sábios de outras origens culturais e religiosas, nomeadamente judaico-cristãs” (LOPES, 2012, p. 490-491).

Segundo Brasiel, o mito de Pandora

nos sinaliza que a mulher é vítima, então, de uma ambiguidade que irá legitimar uma série de castrações impostas a ela, em função de sua condição ‘suspensa’, ou seja, criada ou construída pelos deuses sem ser uma deusa, para conviver com os homens sem ser um deles, como que predestinada a viver em um verdadeiro ‘*purgatório*’ social. (BRASIEL, 2014, p. 8)

É inegável a distinção entre o mito grego da criação da Mulher e o do encontrado em Gênesis. Enquanto Pandora é vista como uma companheira para atenuar a solidão do homem, tendo uma missão maior, ser o instrumento vingativo de Zeus (SCHMITT-PANTEL 2003), em Gênesis, o mito da criação humana, mesmo partindo de dois relatos bem distintos, reservou à mulher, Eva, um lugar de secundária, de auxiliar, de dominada e de propriedade. Isso não ficou restrito na representação cristã, mas também na judaica e na muçulmana, ampliando uma misoginia vulgar no mundo ocidental (SCHMITT-PANTEL, 2003).

A figura bíblica de Eva, como primeira mulher criada por Deus, carrega consigo uma carga simbólica complexa que foi historicamente interpretada de forma a responsabilizar a mulher pelo pecado original e pela queda da humanidade. Green (2015, p. 35) observa que Eva foi tradicionalmente “responsabilizada pelo pecado original, leitura que sustentou discursos teológicos sobre a inferioridade moral/sexual feminina”.

Essa interpretação teológica teve consequências profundas na organização social cristã, justificando posições de gênero e limitando o papel das mulheres na esfera pública e religiosa. Candiotto (2010) argumenta que a teologia da criação e sua exegese bíblica foram mobilizadas para a imple-

² Tradução livre do autor.

mentação de desigualdades de gênero. Segundo a autora, “dentre todos os tipos de desigualdades que existem, a que mais chama atenção é aquela que se refere às relações entre homens e mulheres, a qual é fruto do patriarcado” (CANDIOTTO, 2010, p. 216).

Os relatos de Gênesis 2 reforçam esse pensamento patriarcal. Schmitt-Pantel (2003) elenca onze pontos que apresentam não só essa dominação patriarcal, mas também elementos machistas e misóginos. Quatro destes onze pontos nos chamam a atenção, pois, no modo como foram criados, um serve para justificar o próximo. Vejamos: “4 – A mulher é feita de uma costela do homem, sua vida provém dele (2, 21-22)”, a mulher sendo parte do homem supostamente pertence a ele; “5 – Retirada do homem, a mulher tem uma existência derivada”, ou seja, a mulher só existe por causa do homem, sem ele não há a sua existência, dependência; “8 – A mulher induz o homem a transgredir. É portanto, a responsável pelo mal e pela infelicidade. Não é fidedigna; ela é pobre de espírito”, por ser uma parte do homem, considerada a parte impura, desobediente e irracional, deve ser governada pelo homem, direito dado por Deus; em “11 – O deus dá ao homem o direito de dominar a mulher” (SCHMITT-PANTEL, 2003, p. 136).

Homens e mulheres são ao mesmo tempo agentes e vítimas da representação patriarcal. No caso do homem, a discriminação que ele sustenta em relação à mulher na condição de sexo inferior está acompanhada do esforço e muitas vezes do sofrimento diante das atitudes e comportamentos que cercam o mito do macho, fazendo dele também vítima do próprio patriarcado. Quanto à mulher, se de uma perspectiva ela é vítima do patriarcado, porque é nela que os efeitos da domesticação do poder têm maior visibilidade, de outra ela é também protagonista, pois ao educar seus filhos recria o mito do poder dos valores masculinos aconselhando e proibindo atitudes e ações que atuam segmentando espaços e distribuindo ações separadas entre filhos e filhas. (CANDIOTTO 2010, p. 230)

A figura de Maria na tradição cristã apresenta uma complexidade particular, funcionando simultaneamente como modelo de submissão e como fonte de poder simbólico para as mulheres. Kraemer (2023, p. 35) destaca que Maria opera como “símbolo complexo: ao mesmo tempo modelo de submissão e polo devocional que oferece poder simbólico e espaço ritual para protagonismos femininos diferenciados, sobretudo no catolicismo popular”.

Esta dualidade revela como mesmo figuras aparentemente empoderadoras podem ser mobilizadas para fortalecer estruturas patriarcais, canalizando a agência feminina para papéis socialmente aceitos, particularmente, a maternidade e a devoção religiosa.

Podemos ver que a figura de Eva foi demonizada, caracterizada como um “instrumento do diabo” para a tentação do homem, sendo a responsável pelas mazelas do homem e do mundo, enquanto Maria foi e é santificada, símbolo de mulher pura e obediente, a escolhida para ser a mãe do filho de Deus (LOPES, 2012). Tanto Pandora quanto Eva receberam o *‘estigma’* da culpa por terem sido as portadoras e disseminadoras dos males entre os homens (BRASIEL, 2014).

A disseminação global do cristianismo e da cultura greco-romana através do colonialismo europeu foi realizada na imposição dessas narrativas mitológicas sobre sociedades com cosmologias próprias e distintas. Este processo de sobreposição cultural não apenas suprimiu tradições locais, mas também impôs modelos específicos de organização social e relações de gênero (MBEMBE-MPANDZOU, 2024).

Piovezan (2024) identifica como a inculturação helenista *dinâmica* com elementos da mitologia grega no imaginário cristão primitivo influenciou práticas e doutrinas subsequentes. Este processo histórico demonstra como os mitos não são neutros, mas carregam projetos políticos e sociais específicos.

2. Tradições Africanas e Amazônicas: cosmologias alternativas do feminino

As tradições africanas oferecem modelos radicalmente diferentes de compreensão do papel feminino na criação e organização do mundo. Oyěwùmí (2021) destaca que essas sociedades tradicionais dentro de suas tradições devem ser vistas a partir da “cosmopercepção”, a qual a autora considera a maneira mais inclusiva de descrever o modo que estes diferentes grupos culturais veem o mundo. Com isso, deve-se abolir o termo “cosmovisão” eurocêntrico, o qual só deverá ser usado no sentido de descrever o modo como a cultura ocidental vê a criação do mundo e dos seres humanos.

Mbemba-Mpandzou (2024) destaca que, nas sociedades Koongo (Congo) e outras tradições africanas, prevalece uma “ontologia do par primordial”, onde uma “divisão geradora de homem/mulher” posiciona a “mulher como entidade central, com simbolismo estruturante e autoridade social elevada em mitos fundadores” (p. 09, minha tradução³).

Na mitologia Koongo, existe um mito que explica a criação do homem, conhecido como Muuntu. Segundo esse mito, o primeiro homem criado por Deus chamava-se Maguungu ou Mahuungu. Ele era um ser andrógino ‘macho-fêmea’ que desfrutava de toda a sua plenitude e vivia em êxtase. Deus o amava tanto que o colocou ao lado de uma árvore conhecida em Koongo como Muti e Mpuungu, ‘árvore de Deus’, também conhecida como Ba dia Nzambi, que se traduz como ‘palmeira de Deus’. Para Deus, essa árvore era sagrada, cujo segredo só ele conhecia. Deus o proibiu de ‘andar ao redor da árvore sagrada’. Com o tempo, o homem não suportou a proibição. Então, resolveu caminhar ao redor da árvore sagrada Ba dia Nzambi para descobrir o que Deus poderia estar escondendo ali. Aos olhos de Deus, esse gesto era considerado um crime, uma abominação. Por quê? Porque nada poderia justificar tal abominação, visto que Maguungu era, por assim dizer, um ser completo vivendo em êxtase. Essa transgressão foi seguida de uma punição, pois foi a gota d’água! Deus, portanto, dividiu o homem em duas entidades humanas: uma era o homem e a outra seria designada como a mulher. Desde então, o homem andrógino ‘animal’ perdeu sua plenitude original, por assim dizer. E foi dessa divisão Maguungu que o mal, o sofrimento e até mesmo a morte surgiram no mundo. (MBEMBA-MPANDZOU, 2024, p. 09, grifos do autor, minha tradução⁴)

Esta perspectiva contrasta fundamentalmente com as narrativas ocidentais, pois não posiciona a mulher como derivada ou secundária, mas como co-criadora fundamental do cosmos. Babatunde (2022, p. 728, minha tradução⁵) observa que essas tradições “produzem imagens sociais nas quais o feminino pode legitimar poder ritual e social, desafiando a primazia masculina”.

³ Tradução livre do autor.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

As implicações sociais dessas cosmologias são significativas: elas fornecem legitimidade cultural para a autoridade feminina em esferas rituais, políticas e sociais, oferecendo modelos alternativos de organização social que não dependem da subordinação feminina.

O mesmo pode ser visto nas sociedades indígenas amazônicas que desenvolveram cosmologias animistas complexas onde o feminino assume papéis centrais na criação e manutenção do mundo. Roosevelt (2024, p. 261) identifica “cosmogonias animistas” onde aparecem “criadores animais ou xamânicos; mulher-xamã entre criadores”.

Navarro (2020, p. 6-7) destaca que estas tradições como “mulheres-criadoras” estão “conectadas a espíritos, fauna e paisagem”, assumindo “papéis rituais centrais”.

Na Amazônia, a sucuri é associada tanto ao universo masculino, entre os Tukano, quanto ao feminino. A associação da sucuri com uma mulher-xamã e divindade criadora é comum nas tradições orais na Amazônia [...]. Os povos indígenas concebem a sucuri como um espírito ancestral perigoso até os dias atuais. Ela seria uma mestra que governa a parte feminina do cosmos, que é o submundo aquático. Para os Shipibo, a sucuri é uma mulher-xamã. (NAVARRO, 2020, p.7)

Essa integração entre gênero, ecologia e espiritualidade oferece um modelo holístico de compreensão do feminino que contrasta radicalmente com as dicotomias ocidentais.

Soria Casaverde (2023) observa que essas tradições promovem a “integração de gênero e ecologia” e o “reconhecimento de autoridade feminina nas tecnologias tradicionais e xamanismo”. Esse modelo demonstra como diferentes cosmologias podem produzir estruturas sociais mais igualitárias em termos de gênero.

A comparação entre as tradições eurocêtricas e as africanas/amazônicas revela diferenças fundamentais na concepção do papel feminino:

Quadro 1 – Comparação entre concepções do feminino nas tradições eurocêtricas, africanas e amazônicas

Aspecto	Tradição Eurocêntrica	Tradições Africanas	Tradições Amazônicas
Origem da Mulher	Derivada/punição divina	Co-criadora primordial	Criadora-xamã integrada
Papel Cosmológico	Fonte de transgressão/materno ideal	Entidade estruturante central	Conectora espírito-natureza
Autoridade Social	Subordinada/limitada	Legitimada ritualmente	Reconhecida tecnologicamente
Relação com o Sagrado	Mediada/controlada	Direta/autônoma	Xamânica/transformadora

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Esta análise demonstra que as tradições africanas e amazônicas “tendem a situar o feminino como elemento constitutivo ou coautor do mundo”, em contraste com “leituras eurocêntri-

cas que frequentemente individualizam a mulher como causa de transgressão ou como arquétipo regulador materno” (MBEMBA-MPANDZOU, 2024; BABATUNDE, 2022; ROOSEVELT, 2024; NAVARRO, 2020).

3. Impactos Contemporâneos e Perspectivas de Gênero

Os mitos de criação continuam exercendo influência nas perspectivas contemporâneas de gênero, embora de formas mais sutis e mediadas. Otten (2022, p. 312) identifica uma “sedimentação de posições de gênero” nas leituras tradicionais da criação bíblica, que persistem em discursos contemporâneos sobre papéis de gênero.

Contudo, os movimentos feministas e decoloniais têm promovido releituras críticas dessas narrativas, buscando recuperar a agência feminina mesmo dentro de tradições aparentemente restritivas. Esse processo de reinterpretação demonstra como os mitos podem ser mobilizados tanto para manter quanto para transformar estruturas sociais.

O movimento de descolonização do conhecimento tem destacado a importância de recuperar e valorizar cosmologias não-ocidentais como fontes legítimas de compreensão social e política. Rocha (2021) argumenta pela necessidade de “descolonizar e generizar o currículo universitário”, incorporando perspectivas que desafiem a hegemonia eurocêntrica.

As universidades ainda são territórios de patriarcado. Já faz algum tempo que a entrada da perspectiva de gênero no currículo começa a ser percebida. Como vimos no caso do curso de História, ela se manifestou de forma mais marcante a partir de 2016, rompendo com certas tradições e discursos historiográficos hegemônicos. [...]

Ao mesmo tempo, historicizar essa perspectiva no contexto universitário nos permite encontrar nuances e distanciamentos dessas formas hegemônicas, desmascarando-as. É por isso que os estudos de gênero e das mulheres podem ser desconfortáveis, oferecendo outras perspectivas para a construção da ciência e do ensino, hierarquizando outros saberes e disciplinas. (ROCHA, 2021, p. 11, minha tradução⁶)

Esta recuperação não representa apenas um exercício acadêmico, mas uma estratégia política de resistência à imposição cultural e de valorização da diversidade epistemológica. As cosmologias africanas e amazônicas oferecem recursos simbólicos e práticos para reimaginar relações de gênero mais igualitárias.

4. A Importância do Ensino de História Inclusivo

O ensino de história tradicionalmente privilegiou narrativas eurocêntricas, marginalizando ou silenciando perspectivas não-ocidentais. Wills (2016) observa que “o currículo de história do ensino médio sul-africano e as políticas de descolonização do gênero” enfrentam tensões significativas na incorporação de perspectivas diversas.

Essa limitação curricular não acontece somente no caso do ensino médio sul-africano, passa outras modalidades de ensino e ocorre também em outros países, como no Brasil. Além dis-

⁶ Tradução livre do autor.

so, tem consequências profundas na formação de identidades e na perpetuação de desigualdades, pois priva estudantes de modelos alternativos de organização social e relações de gênero.

Wills (2016) afirma que é necessário descolonizar o gênero no currículo de história a fim de não mais aceitar que relatos do passado que encobrem ou obscurecem as experiências das mulheres, especialmente as experiências das mulheres negras, sejam ‘verdadeiros’, ‘objetivos’ e ‘universais’. Nesse sentido, a adoção de “um currículo de história verdadeiramente descolonizado deve se preocupar em examinar os sistemas de gênero que historicamente deram origem às diversas experiências de opressão das mulheres” (WILLS, 2016, p. 24).

Gomes (2024) propõe estratégias para “reescrever a narrativa histórica”, incorporando perspectivas diversas e apoiando a agência de grupos historicamente marginalizados. Segundo Gomes, “um caminho possível para uma curricularização mais adequada à realidade do ensino da história” seja das mulheres, dos indígenas ou dos negros nos sistemas de ensino, é dar voz aos autores destes grupos (2024, p. 10). Para tanto, Gomes traz algumas estratégias que incluem:

1. Recuperação arquivística e oral: integrar fontes orais, tradições locais e práticas culturais em pesquisas históricas para documentar ações e decisões femininas ausentes dos arquivos oficiais (DOWNS, 2004; OTERO-GONZÁLEZ, 2019).
2. Interdisciplinaridade: combinar antropologia, etnohistória, teologia e estudos literários para interpretar mitos como práticas simbólicas dinâmicas, não como determinismos sociais (MBEMBA-MPANDZOU, 2024; ROOSEVELT, 2024; DOWNS, 2004).
3. Reapropriação simbólica: promover releituras críticas de figuras como Pandora, Eva e Maria que destacam agência, resistência e papéis produtivos, aplicando essas interpretações em materiais didáticos (KENAAN, 2008; GREEN, 2015; KRAEMER, 2023).
4. Centração de cosmologias locais: valorizar cosmologias africanas e amazônicas que registram protagonismos femininos como fontes válidas para narrativas históricas e políticas contemporâneas (BABATUNDE, 2022; NAVARRO, 2020).

Downs (2004) argumenta que considerar as mulheres como sujeitos históricos requer superar a falsa dicotomia entre mito e história. Os mitos não devem ser descartados como “não-históricos”, mas compreendidos como formas específicas de produção de conhecimento e organização social.

Esta perspectiva permite considerar que mesmo narrativas mitológicas aparentemente restritivas podem conter elementos de resistência e agência feminina que foram obscurecidas por interpretações patriarcais posteriores.

Otero-González (2019, p. 28, grifos da autora) destaca a evolução de uma história ‘sem mulheres’, pelo menos na aparência, e uma história ‘sem gênero’ a uma história das mulheres e de gênero, demonstrando como metodologias feministas transformaram a prática historiográfica. Hewitt (2001) observa que os estudos de gênero e feministas na história oferecem ferramentas para reconhecer a agência feminina mesmo em contextos até então isolados. Essas metodologias são: análise crítica de fontes tradicionais para identificar presenças femininas silenciadas; valorização de fontes alternativas (orais, materiais, rituais); reconhecimento de formas não convencionais de agência política e social; e contextualização cultural de narrativas mitológicas e religiosas.



Tal metodologia se torna eficaz por meio da descolonização do ensino de História, o qual deve ultrapassar a mera inclusão de novos conteúdos, implicando a transformação dos paradigmas educacionais, o estímulo à autonomia intelectual dos estudantes e a construção de uma sociedade efetivamente plural.

Nessa perspectiva, a abordagem decolonial torna-se essencial para questionar a narrativa histórica eurocêntrica que predominou e predomina no mundo e nas instituições escolares e acadêmicas. Ao incorporar as histórias e culturas de distintos gêneros, raças e povos, o ensino amplia o horizonte interpretativo, valoriza múltiplas temporalidades e contribui para desconstruir mitos eurocêntricos, reconhecendo a relevância da diversidade histórica e cultural (GOMES, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que os mitos de criação da mulher refletem e reproduzem diferentes perspectivas culturais sobre o papel feminino na sociedade. Enquanto as tradições ocidentais, representadas por Pandora, Eva e Maria, muitas vezes posicionam a mulher em relação subordinada ou como fonte de ambivalência moral, as sociedades tradicionais africanas e amazônicas desenvolvem cosmologias que reconhecem o feminino como força constitutiva e co-criadora do mundo.

Uma análise comparativa revelou que essas diferentes concepções mitológicas têm implicações profundas para a organização social e as relações de gênero. As tradições eurocêntricas, disseminadas globalmente através do colonialismo, impuseram modelos específicos de subordinação feminina que ainda influenciam perspectivas contemporâneas. Por outro lado, as cosmologias africanas e amazônicas oferecem modelos alternativos de agência e autoridade feminina que desafiam narrativas hegemônicas.

A importância de uma educação histórica inclusiva torna-se evidente quando consideramos os impactos duradouros desses mitos na formação de identidades e estruturas sociais. Incorporar perspectivas diversas sobre a origem e o papel da mulher não representa apenas um exercício de pluralismo cultural, mas uma estratégia fundamental para a construção de sociedades mais igualitárias.

Reconhecer as mulheres como sujeitos históricos ativos requer superar dicotomias simplistas entre mito e história, compreendendo as narrativas de criação como formas complexas de produção de conhecimento e organização social. As metodologias feministas e decoloniais oferecem ferramentas inovadoras para essa reinterpretação crítica.

O estudo conclui que a diversidade de perspectivas sobre o mito de criação da mulher nas sociedades tradicionais constitui um patrimônio epistemológico fundamental para a construção de futuros mais inclusivos e igualitários. A valorização dessas tradições não representa um retorno ao passado, mas uma estratégia de resistência e transformação que pode contribuir para a superação de desigualdades de gênero persistentes.

REFERÊNCIAS

- BABATUNDE, A. O. Reimagining Women Ritual Space Gender and Power Dynamics in African Religion. In: OLORUNTOBA, S.O.; FALOLA, T. (orgs.) *The Palgrave Handbook of Africa and the Changing Global Order*. Palgrave Macmillan Cham, 2022, p. 723-738. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-77481-3_48>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIEL, Hélio Ricardo Pimenta. A construção da mulher: um objeto de vingança nos usos do mito de Pandora. *NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade* 2014, Ano VII, Número I. Núcleo de Estudos da Antiguidade Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://neauerj.com/Nearco/arquivos/numero13/11.pdf>> Acesso em: 09 out. 2025.
- CANDIOTTO, J. F. S. A Teologia da Criação na Perspectiva das Relações de Gênero. *Estudos de Religião*, v. 24, n. 39, p. 214–234, 2010.
- CASAVARDE, M. B. S. Resenha de: ZOLEZZI, E. R.. La mujer ashaninka en un mundo en cambio. Cosmología, tecnologías tradicionales y chamanismo en el status femenino en una sociedad indígena amazónica. Editorial Horizonte, 210 pp. *ISHRA Revista del Instituto Seminario de Historia Rural Andina*. Lima, n. 10, p. 109–112, 2023. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/XECxR>>. Acesso em: 11 out. 2025.
- DOWNS, Laura Lee. *Writing Gender History*. London; New York: Hodder Arnold / Distributed in the United States by Oxford University Press, 2004. 209 p.
- GOMES, E. Rescrevendo a narrativa Histórica: a descolonização do ensino de História através das leis 10.639/03 e 11.645/08. *Textos e Debates*, [S. l.], v. 30, n. 01, p. e7940, 2024. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v30i01.7940. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/7940>>. Acesso em: 15 out. 2025.
- GREEN, Mandy. Leaving the garden: Re-visioning eve in poetry and art. *The International Journal of Social Political and Community Agendas in the Arts*, v. 10, n. 4, p. 33–52, 2015.
- HEWITT, N. Gender and Feminist Studies in History. In: *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Elsevier, p. 5929-5933, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0080430767039589>>. Acesso em: 17 out. 2025.
- HILGERT, L. H. O arcaico do contemporâneo: Medusa e o Mito da mulher. In: *Revista Lampião*, v.1, n.1, 2020, p. 41-70. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347958454_O_arcaico_do_contemporaneo_Medusa_e_o_Mito_da_mulher>. Acesso em: 09 out. 2025.
- KENAN, Lev. *Pandora's Senses: The Feminine Character of the Ancient Text*. Madison: University of Wisconsin Press, 2008.
- KRAEMER, Sonia. The divine feminine in Christianity. *Feminist theology*, v. 32, n. 1, p. 32–39, 2023.
- LOPES, M. J. F. De Pandora a Eva: Fontes antigas da misoginia ocidental. *Diacrítica*. 2012; n.º 26/2. p. 143-164. Disponível em: <<https://scielo.pt/pdf/dia/v26n2/v26n2a28.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2025.
- MBEMBA-MPANDZOU, A. Lugar das Mulheres nas Sociedades Tradicionais Africanas: Caso da Mulher Koongo. *Jornal Saudita de Humanidades e Ciências Sociais*, v. 9, n. 1, p. 8–15, 2024. Disponível em: <https://saudijournals.com/media/articles/SJHSS_91_8-13.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.



NAVARRO, A. G. Ecology as Cosmology: Animal myths of Amazonia. In: *Ecosystem and Biodiversity of Amazonia*. [S.l.]: IntechOpen, 2020. Disponível em: <<https://www.intechopen.com/chapters/73583>>. Acesso em: 10 out. 2025.

OTERO-GONZÁLEZ, U. Historia, mujeres y género: de una historia sin género a una historia de género. *Historiografías*, n. 17, p. 27–50, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7033120>>. Acesso em: 7 out. 2025.

PIOVEZAN, Luis Henrique. O Livro de Judite e o Feminismo na Bíblia: Desafios para a Teologia. *Caderno Teológico da PUCPR*, v. 9, n. 1, p. 15–34, 2024.

ROCHA, Milagros. Acerca de descolonizar (y generizar) el currículum universitario. *Revista nuestra América*, [S. l.], v. 9, n. 18, p. e5512816, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5525192. Disponível em: <<https://nuestramerica.cl/ojs/index.php/nuestramerica/article/view/e5512816>>. Acesso em: 8 out. 2025.

ROOSEVELT, A. C. Animismo na tradição policromada da Amazônia. In: WOODFILL, B. K.S.; Henderson, L. (orgs.). *Arqueologia em uma paisagem viva: visualizando pessoas não humanas nas Américas indígenas*. Florida Scholarship Online: Gainesville, Flórida, 2024; pp.259-292. Disponível em: <<https://doi.org/10.5744/florida/9780813079196.003.0010>>. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHMITT-PANTEL, P. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres?, in MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.). *O Corpo Feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003, pp. 129 – 156.

OTTEN W. Creation and Gender. In: HAMPTON, A. J. B.; HEDLEY, D. (orgs.) *The Cambridge Companion to Christian Doctrine*. Cambridge University Press, 2022, p. 303-318. Disponível em: <<https://l1nq.com/HKJFK>>. Acesso em: 15 out. 2025.

OYĒWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

WILLS, L. The South African high school history curriculum and the politics of gendering decolonisation and decolonising gender. *Y&T*, Vanderbijlpark, n. 16, p. 22-39, dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2223-03862016000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2025.

